



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES E CARTAS DE CREDENCIAMENTO SOLÁRIO CARIOCA



MODELO Nº 1 – CARTA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação– Concorrência nº [•] – **Atestado da Exequibilidade do Plano de Negócios.**

Prezados Senhores,

Atendendo à convocação do EDITAL em referência, ATESTAMOS que a [LICITANTE] submeteu à nossa instituição [*identificação da entidade financeira*], para análise, seu PLANO DE NEGÓCIOS referente à execução do objeto da Licitação em referência e, acerca de seu conteúdo, declaramos que contém:

- a) todos os encargos, tributos, custos e despesas necessários à execução da CONTRATO, conforme elementos do EDITAL e do CONTRATO;
- b) os recursos próprios a serem aportados na CONCESSIONÁRIA, além do capital social, indicando qual a modalidade, características, prazos e garantia do seu aporte;
- c) a parcela do capital social a ser colocada no mercado através de subscrição pública de ações, se for o caso, indicando o prazo, as condições e a garantia dessa colocação;
- d) o financiamento a ser contratado pela CONCESSIONÁRIA, indicando suas principais características da(s) operação(ões), tais como



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação

taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias;

e) os limites disponíveis para emissão de obrigações, indicando suas principais características, tais como modalidade, montantes, prazos de carência e amortização, vencimentos, taxas de juros, moeda e área de colocação, comissões e garantias.

Como consequência, ATESTAMOS que o PLANO DE NEGÓCIOS, foi elaborado de acordo com as diretrizes do Anexo III do Edital e se mostra exequível.

Atenciosamente,

Representante Legal da Instituição Financeira



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

MODELO Nº 2 – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação – Concorrência nº [•] – **Carta de Credenciamento**

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado(a) o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, para representar a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, na Licitação processada na modalidade _____, nº ____/____/____ a ser realizada em ____/____/____, podendo para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre a sua renúncia e eventual desistência.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, ____ de ____ de ____.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

MODELO Nº 3 – CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação – Concorrência nº [•] – **Declaração de Ausência
de Impedimento para Participação na Licitação**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [*LICITANTE*], por seu representante abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, que não está impedida de participar de licitações públicas nem de contratar com a Administração Pública.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

MODELO Nº 4 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES DO LOCAL.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação– Concorrência nº [•] – **Declaração de
Conhecimento das Informações e Condições do Local**

Prezados Senhores,

A LICITANTE, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei que tem pleno conhecimento dos locais onde será a delegação dos serviços de IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE USINA SOLAR FOTOVOLTAICA COM POTÊNCIA TOTAL MÍNIMA DE 6,12 MWP EM CORRENTE CONTÍNUA (C.C.) E 5MW EM CORRENTE ALTERNADA (C.A.) NO ATERRO SANITÁRIO DE SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO, no âmbito da área da CONCESSÃO devidamente descritos, caracterizados e especificados no EDITAL e seus ANEXOS e na forma da lei.

DECLARA, ainda, que os dados e as informações fornecidos nos documentos constantes do EDITAL e seus ANEXOS são suficientes para elucidar o objeto desta LICITAÇÃO, de forma que as propostas aqui apresentadas são consideradas elaboradas com perfeito conhecimento da área e locais atingidos pela CONCESSÃO.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

**MODELO Nº 5 – CARTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO
ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ÍLÍCITOS
TRABALHISTAS.**

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação– Concorrência nº [•] – **Declaração de
Atendimento ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal – Ilícitos
Trabalhistas.**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [LICITANTE], por seus representantes abaixo assinados, DECLARA, sob as penas da legislação aplicável, por si, por seus sucessores e cessionários, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal combinado com o inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Representante legal da empresa



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

MODELO Nº 6 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO EQUIVALENTE

Rio de Janeiro [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação– Concorrência nº [•]– **Declaração de
inexistência de documento equivalente e de inexistência de
débitos fiscais e trabalhistas**

Prezados Senhores,

Em atendimento ao EDITAL em referência, a [LICITANTE], por seu(s)
representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da legislação
aplicável, que os documentos abaixo indicados exigidos no EDITAL em
referência não possuem documento equivalente no país de origem da
empresa (NOME E QUALIFICAÇÃO).

Documento exigido no Edital que não possui documento equivalente no país de origem.	Item do Edital em que o documento é exigido

Representante legal da empresa



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

**MODELO Nº 7 - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 9º, III, DA
LEI Nº 8.666/93 E ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO
MUNICIPAL Nº 19.381/01**

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref: Edital De Licitação– Concorrência nº [•] – **Declaração de
Observância ao Artigo 9º, III, Da Lei Nº 8.666/93 e Artigo 2º,
Parágrafo Único, do Decreto Municipal nº 19.381/01**

A LICITANTE DECLARA, sob as penalidades cabíveis, não possuir dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ato convocatório, nos termos do inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, e que não participam do nosso quadro funcional profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/01. Rio de Janeiro,

Representante legal da empresa



**MODELO Nº 8 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CELEBRADO
ENTRE A [LICITANTE] E [INSTITUIÇÃO FINANCEIRA] EM
DECORRÊNCIA DO EDITAL DE LICITAÇÃO– CONCORRÊNCIA Nº [•]**

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

1. Definições

1.1. Os termos grafados terão, para fins de interpretação deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, as mesmas definições constantes do EDITAL em referência.

1.2. Os termos abaixo terão as seguintes definições para fins de interpretação deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE:

1.2.1. INSTITUIÇÃO: é o [nome e qualificação da instituição financeira];

1.2.2. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE: é este termo, que regulamenta os deveres de sigilo entre as partes;

1.2.3. REPRESENTANTE(S): são os: (i) administradores e funcionários da INSTITUIÇÃO ou de suas controladas ou coligadas; e (ii) quaisquer outras pessoas que, por meio da INSTITUIÇÃO, venham a ter acesso às INFORMAÇÕES exclusivamente com objetivo de avaliar a viabilidade econômica e exequibilidade do plano de negócios da LICITANTE;

1.2.4. LICITANTE: é a [nome da licitante], que confeccionou o PLANO DE NEGÓCIOS submetido à apreciação da INSTITUIÇÃO;



1.2.5. EDITAL: é o Edital de Licitação– Concorrência Nº [•];

1.2.6. PODER CONCEDENTE: é o Município do Rio de Janeiro;

1.2.7. INFORMAÇÕES: são as informações disponibilizadas pela LICITANTE à INSTITUIÇÃO para emissão de carta que ateste a viabilidade econômica e exequibilidade do PLANO DE NEGÓCIOS da LICITANTE, conforme especificações do EDITAL. O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE não inclui as informações públicas, assim consideradas as que:

- a) eram de domínio público ao tempo de sua divulgação à INSTITUIÇÃO;
- b) tenham se tomado de domínio público após sua divulgação à INSTITUIÇÃO, desde que tal divulgação não tenha sido feita pela INSTITUIÇÃO, seu(s) REPRESENTANTE(s) ou por outro participante que tenha tido acesso às INFORMAÇÕES;
- c) já pertenciam aos arquivos da INSTITUIÇÃO, em bases não confidenciais, ou que tenham sido desenvolvidas independentemente pela INSTITUIÇÃO, conforme o caso, anteriormente à sua disponibilização pela LICITANTE à INSTITUIÇÃO ou ao(s) seu(s) REPRESENTANTE(S); ou
- d) tornaram-se disponíveis à INSTITUIÇÃO, em bases não confidenciais, por fontes outras que não a LICITANTE, contanto que tais fontes não estejam proibidas de transmitir as INFORMAÇÕES à INSTITUIÇÃO.

2. Obrigações da INSTITUIÇÃO

2.1. Confidencialidade



2.1.1. A INSTITUIÇÃO e seu(s) REPRESENTANTE(S) obrigam-se a manter as INFORMAÇÕES em sigilo, não as transmitindo ou revelando a terceiros que não sejam seu(s) REPRESENTANTE(S).

2.1.2. A obrigação de manter sigilo inclui:

- a) não utilizar as INFORMAÇÕES para nenhuma outra finalidade que não aquelas relacionadas com a participação da LICITANTE na licitação;
- b) não discutir perante ou com terceiros, que não o(s) REPRESENTANTE(S) sobre as INFORMAÇÕES;
- c) não usar, divulgar, revelar ou dispor, sob qualquer forma, das INFORMAÇÕES, que não para avaliar a participação da LICITANTE na licitação, cumprindo, ainda, adotar as cautelas e precauções adequadas para impedir o uso indevido por qual(is)quer REPRESENTANTE(S); e
- d) guardar e manter sob sigilo todas as cópias, reproduções, sumários, análises ou comunicados referentes às INFORMAÇÕES ou nela baseados, devendo devolvê-los à LICITANTE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua solicitação.

2.1.3. Quaisquer INFORMAÇÕES que porventura forem retidas pela INSTITUIÇÃO continuarão sujeitas ao disposto neste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.

2.1.4. A INSTITUIÇÃO deverá comunicar à LICITANTE, prontamente e antes de qualquer divulgação, sobre qualquer eventual determinação administrativa ou judicial, oriunda de autarquia ou de outro órgão regulamentar, que obrigue a divulgar as Informações, mesmo que parcialmente.

3. Outras Obrigações Relacionadas com as INFORMAÇÕES

3.1. A INSTITUIÇÃO e qualquer de seu(s) REPRESENTANTE(s), a partir da data de recebimento pela LICITANTE deste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, e até a data de entrega da Proposta Econômica, obrigam-se a:

3.1.1. não emitir em favor de outra(s) LICITANTE (S) a carta que ateste a viabilidade econômica e exequibilidade do PLANO DE NEGÓCIOS da LICITANTE, e

3.1.2. abster-se da prática de qualquer outro ato que possa resultar, direta ou indiretamente, em uso não adequado das INFORMAÇÕES.

4. Responsabilidade

4.1. A INSTITUIÇÃO que, por si ou por seu(s) REPRESENTANTE(s), tiver violado as obrigações previstas neste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, obriga-se a indenizar e ressarcir o PODER CONCEDENTE e a LICITANTE pelas perdas, danos e custos incorridos, decorrentes ou relacionados à referida violação, sem qualquer limitação.

5. Disposições Gerais

5.1. A INSTITUIÇÃO e qualquer de seu(s) representante(s) estão isentos de qualquer obrigação legal ou responsabilidade no que se refere à realização da Licitação, ressalvadas as obrigações assumidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.

5.2. O não exercício dos direitos aqui assegurados não importará em sua renúncia, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.



5.3. Este TERMO DE CONFIDENCIALIDADE é regido pela legislação brasileira.

5.4. Com exceção das obrigações previstas na cláusula 3.1, as obrigações previstas neste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE vigorão pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data da sua assinatura.

5.5. No caso de a INSTITUIÇÃO ser pessoa jurídica com sede no exterior, deverá nomear e constituir como seu procurador [nome e qualificação completa], com poderes específicos para receber citações e intimações.

5.6. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro como o único competente para dirimir eventuais questões relacionadas aos termos do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, e renunciando, desde já, a INSTITUIÇÃO, seu(s) REPRESENTANTE(s) e a LICITANTE, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5.7. Este TERMO DE CONFIDENCIALIDADE traduz o entendimento da INSTITUIÇÃO com relação à confidencialidade das INFORMAÇÕES e nenhuma modificação a este TERMO DE CONFIDENCIALIDADE ou renúncia aos termos e condições aqui pactuadas obrigarão a INSTITUIÇÃO ou a LICITANTE, a não ser que tais modificações e renúncias sejam aprovadas, por escrito, por cada uma das partes e pelo PODER CONCEDENTE.

[LICITANTE] [representante(s) legal(is)]

[INSTITUIÇÃO] [representante(s) legal(is)]

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG:

RG:



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

MODELO Nº 9 – DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA QUE TENHAM PROCEDÊNCIA LEGAL.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•]

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref.: Edital de Licitação – Concorrência nº [•] – Declaração de utilização
de Produtos e Subprodutos de Madeira que tenham procedência legal.

Prezado Senhor,

Em atendimento ao item 18.11.3, do Edital em referência, a [LICITANTE],
por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara, sob as penas da
lei, por si e por seus sucessores e cessionários, que utilizarão produtos ou
subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Representante legal da empresa subcontratada



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

MODELO Nº 10 – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA - DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[endereço]

Rio de Janeiro/RJ

Ref. Concorrência nº [●]

A [LICITANTE] declara conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se compromete a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome e cargo)



**MODELO Nº 11 – DECLARAÇÃO REF. AOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº
27.078/06 E Nº 33.971/11**

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref. Concorrência nº [●]

[denominação/razão social da sociedade empresarial/LICITANTE]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto nos Decretos Municipais nº 27.078/06 e
nº 33.971/11, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que a execução
do contrato objeto desta licitação observará as disposições da política
municipal de gestão sustentável de resíduos da construção civil.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome e cargo)



MODELO Nº 12 – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Ao

Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO

[**endereço**]

Rio de Janeiro/RJ

Ref. Concorrência nº [●]

[denominação/razão social da sociedade empresarial/LICITANTE] Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____[endereço da sociedade empresarial] por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da carteira de identidade nº e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº , DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de nº/e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei 12846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO

Secretaria Municipal de Coordenação
Governamental

obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado,
até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome e cargo)